

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO: Uma Compreensão da Sustentabilidade Turística na Trilha dos Santos Mártires das Missões/RS

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14518>

Submetido em: 23/5/2023

Aceito em: 17/1/2024

Publicado em: 25/4/2024

Cleber Magalhães Tobias¹
Carlos Eduardo Ruschel Anes²

RESUMO

O turismo é um ótimo meio para promover a valorização das comunidades – no entanto, caso seja planejado inadequadamente e de forma inconsciente, pode não somente trazer prejuízos ao meio ambiente como também para a garantia de permanência das gerações futuras. Desse modo, o desenvolvimento sustentável apresenta-se como uma alternativa viável, sobretudo no âmbito do turismo. Assim, o objetivo geral deste estudo foi compreender a sustentabilidade turística da Trilha dos Santos Mártires das Missões/RS (TSMM) enquanto um potencial roteiro turístico, estabelecendo relações com as dimensões de sustentabilidade. Cabe sublinhar que o entendimento de desenvolvimento sustentável ocorre por meio da apreensão das cinco dimensões de sustentabilidade, a saber: ambiental, social, territorial, econômica e política – tais definições foram desenvolvidas por Sachs (2004). Propõe-se, portanto, apresentar, também, a correlação com as dimensões da sustentabilidade turística. À vista disso, as potencialidades da TSMM, enquanto rota turística, são explicitadas neste estudo pela relação entre o turismo e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; dimensões de sustentabilidade; turismo; Trilha dos Santos Mártires das Missões.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND TOURISM:

AN UNDERSTANDING OF TOURIST SUSTAINABILITY ON THE TRILHA DOS SANTOS MÁRTIRES DAS MISSÕES/RS

ABSTRACT

Tourism is a great means to further communities – however, if it is inadequately and unconsciously planned, it can not only harm the environment but also guarantee of future generations. Thus, sustainable development is a viable alternative, especially in tourism. Therefore, the general objective of this study was to comprehend the tourism sustainability of Trilha dos Santos Mártires das Missões/RS (TSMM) as a potential tourist route and to establish connections with the dimensions of sustainability. It is worth mentioning that the understanding of sustainable development comes from the comprehension of the five dimensions of sustainability: environmental, social, territorial, economic, and political – such definitions were developed by Sachs (2004). Moreover, this study aims presenting a correlation with the dimensions of tourism sustainability. The potential of TSMM as a tourist route was elaborated in this study through the link between tourism and sustainable development.

Keywords: sustainable development; sustainability dimensions; tourism; Trilha dos Santos Mártires das Missões.

¹ Universidade Federal da Fronteira do Sul. Cerro Largo/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4710-1269>

² Universidade Federal da Fronteira do Sul. Cerro Largo/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7508-3777>

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de pesquisa de dissertação realizada no Programa em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Como objeto de pesquisa foram selecionados os atores envolvidos com a Trilha dos Santos Mártires das Missões (TSMM), localizada na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e como objetivo procurou-se compreender a sustentabilidade turística desta trilha enquanto um potencial roteiro turístico. Para tanto, relações com as dimensões de sustentabilidade foram estabelecidas. A coleta de dados ocorreu de diversas formas, tais como por meio de análise documental, entrevistas com 21 atores da TSMM, distribuídos em 10 grupos de interesse, e, também, por intermédio da observação participante, realizada durante a 20ª e 21ª edição da Trilha, que ocorreu em novembro de 2021. O presente estudo utilizou triangulação de fontes de evidências para compreensão dos fatos analisados. Para dar suporte à análise dos dados qualitativos, recorreu-se ao software Atlas TI9. Já a abordagem metodológica da pesquisa foi a fenomenológica, classificada como qualitativa e descritiva.

Vale mencionar que este artigo está dividido em três partes: a primeira parte trata-se de uma contextualização histórica sobre a compreensão do desenvolvimento sustentável, a segunda traz a abordagem a partir das cinco dimensões de sustentabilidade de Sachs (2004), e a terceira parte, por outro lado, apresenta uma aproximação das manifestações e das ações observadas *in loco* com a Associação dos Amigos da Trilha dos Santos Mártires das Missões (AATRISAMM) enquanto uma rota turística na Região das Missões.

A Trilha dos Santos Mártires das Missões surge de uma necessidade da própria comunidade em rememorar a sua história. Segundo Venturini (2017), historiador e idealizador da rota, a Trilha teve a sua primeira edição no ano de 2001 com o objetivo de exaltar o tripé história, religião e ecologia. Os modais, oficialmente reconhecidos pela entidade, são a caminhada, a cavalgada e o cicloturismo. Essas atividades dispensam o uso de veículos motorizados, o que reduz as emissões de gases de efeito estufa associadas à queima de combustíveis fósseis, proporcionando, assim, um impacto ambiental reduzido nas áreas naturais e comunidades ao longo da Trilha.

A caminhada, muito relacionada à peregrinação e à religiosidade, foi a primeira a surgir em 2001, seguida da cavalgada no ano de 2010, a qual agregou elementos culturais e ambientais característicos da atividade, e, finalmente, o cicloturismo, que teve seu início no ano de 2017, agregando à Rota a demanda de uma sinalização turística no modelo *self-guided*, e que só se tornou realidade devido à influência trazida pelos cicloturistas que passaram a frequentar a rota.

A Trilha dos Santos Mártires das Missões passou a ser reconhecida recentemente como uma Rota Turística a partir do trabalho de mapeamento e sinalização iniciado em 2022, tendo como base o Manual Oficial de Sinalização de Trilhas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2019). Atualmente a Trilha é um dos destinos brasileiros responsáveis por movimentar o ecoturismo e a economia local, estimulando o turismo em áreas naturais, atenuando os efeitos relacionados às mudanças climáticas e promovendo a educação ambiental (Brasil, 2023). É, sobretudo, uma das trilhas de longo curso³ autoguiadas do Rio Grande do Sul, e que compõe a Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso (RB TLC).

³ Uma Trilha de Longo Curso refere-se a percursos com mais de 100 km de extensão que atravessam e conectam unidades de conservação de diversas categorias e esferas de governança. Em geral, demandam mais de cinco dias consecutivos para serem percorridas, incluindo diversas paradas intermediárias para pernoite.

Diante deste escopo, compreender o desenvolvimento com base na análise comparativa das dimensões de sustentabilidade desta Rota pode ser um caminho valoroso para o planejamento do turismo sustentável, uma vez que poderia servir como uma forma de acompanhar as alterações e modificações deste ambiente. Além disso, também seria possível entender o desenvolvimento sustentável pela via da minimização dos impactos negativos, o que traria uma prospecção positiva para as comunidades envolvidas. Ainda mais importante, uma compreensão apurada do desenvolvimento garantiria aos atores locais o protagonismo da atividade, porque o turismo, na contemporaneidade, ocupa uma posição privilegiada na economia globalizada, proporcionando o desenvolvimento local aliado à responsabilidade sustentável, como bem relembra Irving (2005).

Na perspectiva de Sachs (2002), o desenvolvimento está diretamente relacionado com a proposta de uma qualidade de vida adequada para todos, com vistas a garantir a sobrevivência das gerações futuras. Para o autor, o desenvolvimento deve ser incluyente, sustentável e sustentado – assim, Sachs (2002) sugere uma visão globalizada a partir de cinco dimensões essenciais para o desenvolvimento, a saber: social, ambiental, territorial, econômica e política.

Na verdade, essa maneira de encarar o desenvolvimento sob diferentes dimensões é uma proposta crítica ao desenvolvimento, especialmente aquele que é compreendido exclusivamente pelo viés do crescimento econômico.

SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A concepção de desenvolvimento é uma temática muito recente na área das ciências sociais. Entre os anos de 1960 e 1970 iniciam-se as primeiras reflexões sobre os danos causados ao meio ambiente, e o livro “A Primavera Silenciosa” (1969), de Rachel Carson, fica conhecido como marco, pois traz a preocupação com o uso indiscriminado de agrotóxicos em um contexto de luta ecológica. Desse modo, o debate sobre sustentabilidade ganha destaque logo após esse período, trazendo consigo muitas contribuições para a construção do que se compreende hoje sobre desenvolvimento. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada no ano de 1972, pontuou os princípios comuns aos povos do mundo no intuito de inspirar a preservação e melhorar o ambiente humano. Dentre os 26 princípios norteadores do documento, destacam-se:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. [...] O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida (ONU, 1972).

Pelo texto da Declaração de Estocolmo (ONU, 1972) percebe-se que não apenas é reconhecida ao homem a condição de vida digna, calcada no bem-estar, como também que há uma correlação do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social como condições para a melhoria da qualidade de vida. Foi a partir do amadurecimento desses debates que, no ano de 1983, a ONU criou a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento. Aliás, foi nesta mesma comissão, em 1987, que o conceito de desenvolvimento sustentável foi abordado pela primeira vez no conhecido Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”.

O primeiro conceito de desenvolvimento sustentável é definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 49). Na realidade, o termo surge como forte crítica ao modelo de desenvolvimento vigente, e sua intenção é a defesa do desenvolvimento sustentável como algo economicamente viável, ecologicamente suportável e equitativo do ponto de vista ético e social (Brasil, 2016).

A consolidação da noção de desenvolvimento sustentável foi enfatizada na ECO-92⁴ – ou Rio-92, como ficou conhecida –, na qual houve “um balanço tanto dos problemas existentes, quanto dos progressos realizados, e se elaborou documentos importantes que continuam sendo referência para as discussões ambientais” (Francisco, 2019). Pode-se afirmar que, em geral, foi a partir deste momento que as ações concretas que visavam a proteger o meio ambiente para garantir tanto a qualidade de vida das gerações atuais quanto das gerações futuras, foram iniciadas.

Com o início do novo milênio dois importantes instrumentos para a consecução do desenvolvimento sustentável surgiram, a saber, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a Agenda 21. Ambos foram a materialização do compromisso histórico de 179 Estados membros da Organização das Nações Unidas em prol do desenvolvimento sustentável. O preâmbulo da Agenda 21 traduz os objetivos traçados naquele período:

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e subregionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados (CNUMAD, 1992).

É evidente um compromisso protocolar das lideranças políticas mundiais e uma aclamação à participação pública e de organizações não governamentais. Embora o acordo não possua vinculação jurídica, isto é, cujo cumprimento depende das boas práticas das lideranças do governo e sociedade, em nosso país a Agenda 21 recebeu uma dimensão idêntica à de um plano de ação globalizado, e, além disso, tornou-se referência de um instrumento político de construção da cidadania ativa para o desenvolvimento sustentável.

Com a necessidade de fortalecimento do compromisso mundial em favor do desenvolvimento sustentável, uma nova agenda de desenvolvimento é construída, pois torna-se indispensável que se busque por propostas e soluções para um futuro mais sustentável e resiliente. A Agenda 2030, por sua vez, teve origem a partir do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio

⁴ A ECO 92, também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi uma Conferência Internacional realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. O evento reuniu líderes de diversos países, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil. O principal objetivo da ECO 92 foi discutir questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

de Janeiro no ano de 2012, e que foi aprovada pelas Nações Unidas, em 2015, para substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (os famosos “Oito jeitos de mudar o mundo” ou ODM) (Gehre; Cabral, 2020). Extremamente arrojada, tal agenda é composta por um plano de ação global que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e 169 metas que buscam o equilíbrio das três dimensões do desenvolvimento sustentável: o social, o ambiental e o econômico.

Embora o debate sobre o desenvolvimento sustentável seja relativamente recente, sua relevância é sublinhada a partir do amadurecimento do próprio conceito de desenvolvimento que, inicialmente, estava associado somente ao crescimento econômico. Enquanto uma corrente de pensadores, chamados de neoclássicos, derivada de autores clássicos da economia (Adam Smith e David Ricardo), trabalham com a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, uma segunda corrente de teóricos críticos, comprometidos com uma visão social mais ampla do desenvolvimento, propõe questões mais subjetivas à compreensão, como a fome, a pobreza, a desigualdade e a qualidade de vida. Tal corrente é representada por nomes ilustres, como Karl Gunnar Myrdal, Amartya Sen, Celso Furtado e Ignacy Sachs (Kruel, 2010).

À vista disso, é urgente que se compreenda a questão de desenvolvimento construída por Ignacy Sachs, cuja trajetória apresenta não somente um conceito específico de desenvolvimento, mas uma série de contribuições, na qual o desenvolvimento é considerado pertencente à esfera ética, e não apenas econômica (Sachs, 1993). O autor discute o que se convencionou chamar de tripé do desenvolvimento, um conceito apresentado de forma simultânea como incluyente do ponto de vista social, sustentável do ponto de vista ecológico e economicamente viável do ponto de vista econômico (Sachs, 2004).

UMA ABORDAGEM DAS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento sustentável é um desafio mundial, especialmente porque representa uma nova forma de conceituar o desenvolvimento, na qual há a dependência dos direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais e do direito coletivo ao meio ambiente (Busarello, 2020). Para Sachs (1993), as dimensões de sustentabilidade foram apresentadas, pela primeira vez, no Simpósio de *Haia*⁵, cujo tema foi o “Desenvolvimento Sustentável: do Conceito à Ação”. Ao aprofundar os estudos sobre o desenvolvimento sustentável, Sachs (2004) sugere uma nova compreensão sobre a dimensão de sustentabilidade, na qual é proposta uma visão globalizada sobre o assunto, sustentada pela crítica do viés meramente econômico do desenvolvimento. Nessa perspectiva, Sachs define as dimensões de sustentabilidade, como visualizado no Quadro 1.

⁵ Em 2002, de 7 a 19 de abril, aconteceu, na cidade de Haia, Holanda, a COP6. A Conferência das Partes (COP – Conference of the Parties) é o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em 1992. É uma associação de todos os países membros signatários da Convenção que, após sua ratificação em 1994, passaram a se reunir anualmente a partir de 1995.

Quadro 1 – Dimensões de sustentabilidade

Dimensão Social	Fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta.
Dimensão Ambiental	Com suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos).
Dimensão Territorial	Relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades.
Dimensão Econômica	Sendo a viabilidade econômica a conditio <i>sine qua non</i> para que as coisas aconteçam.
Dimensão Política	A governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem, pois a liberdade faz toda a diferença

Fonte: Sachs (2004, p. 15-16).

Sachs trabalha o conceito de desenvolvimento muito além da mera multiplicação de riquezas. Distinto do crescimento econômico, o conceito abrange a ótica da sustentabilidade. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (Sachs, 2002).

Ao aprofundar os estudos sobre o desenvolvimento sustentável, Sachs (2002) sugere uma nova compreensão sobre a dimensão de sustentabilidade, na qual ele apoia uma visão mais globalizada sobre o assunto e também sustenta a crítica do viés meramente econômico do desenvolvimento. Diante disso, Sachs (2002) apresenta a sustentabilidade a partir de oito dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política (nacional) e política (internacional).

A partir das dimensões de Sachs (1993), o Ministério do Turismo (2007) elaborou a compreensão de dimensões e sustentabilidade atreladas ao turismo, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Dimensões da sustentabilidade turística

Dimensões da sustentabilidade turística	
Dimensão ambiental	Revela a relação entre a atividade turística e o meio ambiente, verificando os impactos negativos e positivos causados. Como exemplo de indicadores, é possível citar: emissão de efluentes e resíduos sólidos; proteção das áreas naturais e da biodiversidade; uso sustentável dos recursos naturais e adequação da infraestrutura turística.
Dimensão econômica	É analisada por meio da eficiência econômica, da competitividade e da lucratividade do crescimento da atividade turística. Ressaltam-se elementos importantes como a harmonização entre a criação de novos postos de trabalho e o manejo dos custos e benefícios dos recursos necessários para a atividade em questão.
Dimensão sociocultural	É um processo que visa à melhoria da qualidade de vida e à redução dos níveis de exclusão social por meio de uma distribuição mais justa da renda e dos bens e a partir da valorização dos patrimônios tangíveis e intangíveis da comunidade local.

Dimensão político institucional	Refere-se à desenvoltura de parcerias e compromissos por parte de órgãos públicos e atores locais privados em relação à atividade turística em questão. Releva-se a importância da manutenção de políticas de desenvolvimento turístico após as mudanças de mandatos políticos.
---------------------------------	---

Fonte: Saldanha (2017, p. 35).

A aplicação simultânea dessas dimensões para o planejamento do turismo é impreterível, à medida que servem de parâmetros para estudos que consideram as alterações e as modificações no ambiente. O desenvolvimento sustentável, se compreendido a partir da atividade turística, representa muito além do gerenciamento e da mensuração dos impactos negativos *versus* impactos positivos. Na verdade, Irving (2005) argumenta que o turismo envolve uma ação ampla e complexa, uma vez que, na contemporaneidade, está em uma posição privilegiada na economia globalizada por ser capaz de prover benefícios ao desenvolvimento local e promover responsabilidade de proteção da natureza.

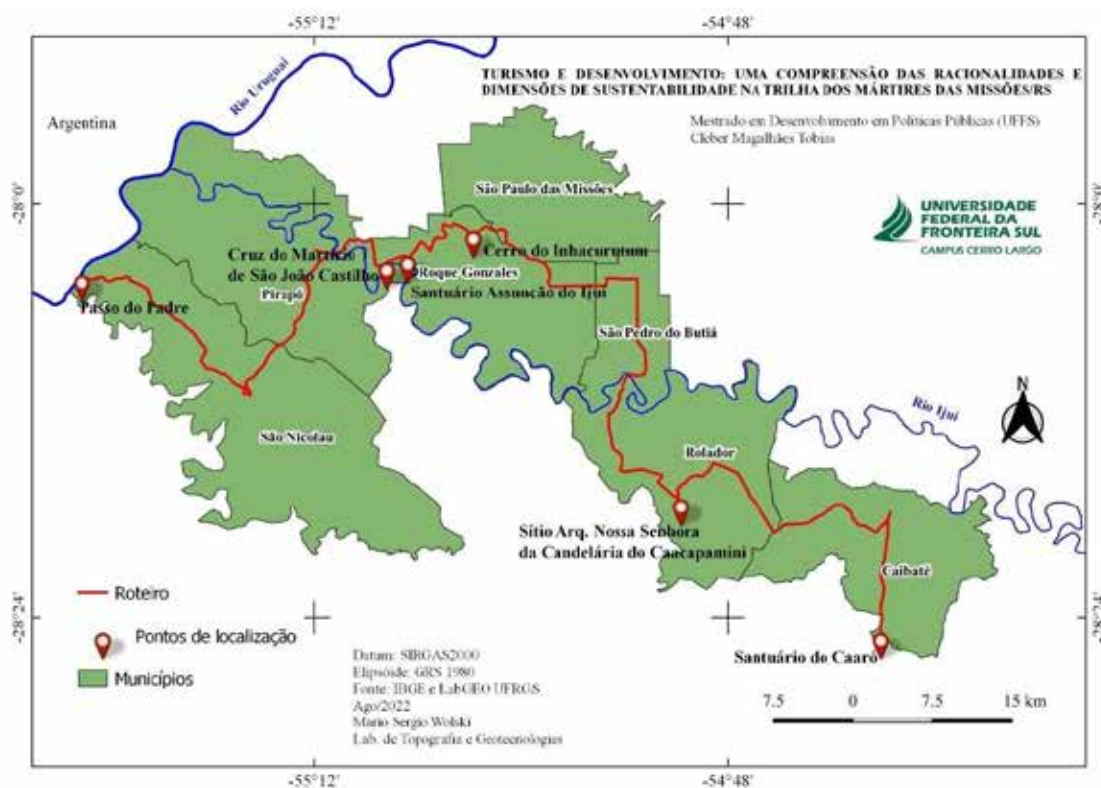
Dentre as atividades humanas, o turismo figura entre aquelas que, devido às suas características intrínsecas, têm maior dependência de políticas de desenvolvimento sustentáveis. Isso porque o turismo possui, ao mesmo tempo, potencial para provocar modificações econômicas substanciais na qualidade de vida das populações e capacidade de proporcionar experiências de desenvolvimento genuinamente sustentáveis. Isso, é claro, desde que respeitados os seus próprios limites de desenvolvimento econômico e de degradação ambiental e sociocultural.

Na Trilha dos Santos Mártires das Missões/RS o desenvolvimento sustentável da atividade turística configura-se a partir da valorização da identidade cultural, da resignificação de espaços e das comunidades e da preservação do patrimônio histórico-cultural. É nessa lógica, portanto, que as articulações entre as dimensões da sustentabilidade tornam-se pré-requisitos para a promoção de ações sólidas, planejadas e comprometidas com as características locais. Para que isso, de fato, aconteça, porém, é necessário “transcender os imediatismos políticos” (Irving, 2005, p. 7), investir na participação dos agentes locais e estruturar a oferta turística para que seja potencializada, sempre considerando sua dimensão regional.

A SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA NA TRILHA DOS SANTOS MÁRTIRES DAS MISSÕES

A Trilha dos Santos Mártires das Missões está localizada no Estado do Rio Grande do Sul, na região turística conhecida como Rota Missões. Atualmente são seis os municípios pertencentes à Trilha, que se inicia em São Nicolau e segue a Caibaté, Pirapó, Rolador, Roque Gonzales e São Pedro do Butiá. O percurso total compreende uma distância de, aproximadamente, 180 quilômetros, e pode variar de acordo com a modalidade escolhida.

Figura 1 – Localização da Trilha dos Santos Mártires das Missões



Fonte: Dados da pesquisa (Tobias, 2022).

O roteiro foi inspirado na ação missionária dos padres jesuítas que ingressaram em 1626 na margem oriental do Rio Uruguai, atual Estado do Rio Grande do Sul. Por isso, o percurso foi pensado para rememorar pontos importantes do período histórico em questão, que hoje são popularmente conhecidos como: 1) Passo do Padre; 2) Cruz do Martírio de João de Castilho; 3) Santuário Assunção do Ijuí; 4) Cerro do Inhacurutum; 5) Redução Nossa Senhora de Candelária do Caçapamini; e 6) Santuário do Caaró. Desde a sua criação a rota sofreu ajustes, mas sempre manteve os pontos de interesse supramencionados, que são considerados basilares.

A governança da TSM é realizada pela Associação Amigos da Trilha dos Santos Mártires das Missões (AATRISAMM), que, desde o ano de 2002, está legalmente apta enquanto sociedade civil organizada sem fins lucrativos. Por tratar-se de um grupo associativo, a governança ocorreu por meio da participação efetiva da comunidade dos municípios circunscritos no percurso e dos municípios vizinhos ao roteiro. Dentre os princípios da AATRISAMM, pode-se elencar o comprometimento com as relações ambientais, que tem contribuído no plano de desenvolvimento de ações para incentivar o emprego e renda para as comunidades, e, principalmente, a promoção de ações efetivas no consumo e na produção responsável do turismo local. Como já mencionado, o desenvolvimento sustentável, de modo geral, tem se mostrado um desafio mundial, multidisciplinar e dependente da relação entre diferentes dimensões.

No âmbito do turismo, o Ministério do Turismo (2007), inspirado em ações internacionais e nos postulados de Sachs (1993, 2002, 2004), fez valer a compreensão das sustentabilidades turísticas a partir das seguintes dimensões: ambiental, econômica, sociocultural e político

institucional. Nesse estudo identificam-se as características da Trilha dos Santos Mártires das Missões com base nas dimensões indicadas, e realiza-se uma aproximação das atividades desenvolvidas e seu potencial produto turístico sustentável.

Nesse sentido, no que se refere à dimensão ambiental da sustentabilidade turística, observou-se que a AATRISAMM tem demonstrado preocupação com a emissão de efluentes e resíduos sólidos, a começar pelas modalidades desenvolvidas, que têm relação direta com o turismo de aventura ou turismo ecológico. Sabe-se que a preservação é uma tônica presente no cotidiano da organização, uma vez que são proeminentes a preocupação com a coleta do lixo e o comprometimento com a coleta do lixo reciclável presente na via. Além do mais, as ações para preservação das áreas naturais podem ser pontuadas, pois tornou-se frequente a realização do plantio de mudas de árvores nativas e frutíferas nas nascentes dos rios e em espaços públicos durante a realização das atividades.

Assim, vale ressaltar que a infraestrutura turística⁶ não fere os padrões naturais da flora e da fauna, os costumes das comunidades ou as características geográficas do solo. Há uma corresponsabilidade institucional na preservação de tais elementos, de modo que não há interferências significativas ao longo dos seus quase 180 quilômetros de extensão, embora sejam realizadas por vias públicas. Os locais visitados são de livre-circulação e, em alguns, como é o caso do Sítio Arqueológico de São Nicolau, há proteção por órgãos competentes, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual restringe qualquer uso abusivo do espaço.

Além disso, órgãos municipais de preservação ambiental, de resgate cultural e incentivo ao turismo, são parceiros, e, por consequência, além dos municípios que compõem a TSMM, é comum o envolvimento do poder público de municípios vizinhos. Similarmente, o envolvimento de entidades associativas de preservação ambiental, como a Associação Amigos do Rio Piratini (Aparp), por exemplo, sublinha o comprometimento social da comunidade regional.

O turismo ocupa uma posição privilegiada na economia globalizada, no entanto deve estar comprometido com o desenvolvimento local e trazer benefícios, como a promoção e a responsabilidade com a preservação da natureza (Irving, 2005). Na TSMM, o imediatismo político tem sido ultrapassado em prol da participação dos agentes locais. A participação da comunidade tem garantido que os espaços mantenham a sua identidade cultural, preservem o patrimônio histórico-cultural e dinamizem a economia local por meio da visita de trilheiros que procuram este tipo de experiência.

Nesse sentido, há um potencial de estruturação da oferta turística na dimensão regional, alicerçado na interligação de pequenos municípios. Tal valorização do território está intrinsecamente relacionada com as ações desenvolvidas, que, como é possível perceber, estão em consonância. A esse respeito, pode-se mencionar a compreensão da sustentabilidade da atividade turística, que promove a preservação da identidade cultural e respeita as especificidades políticas, econômicas, sociais e ambientais. Além disso, tais ações vão ao encontro do Programa de Regionalização do Turismo (Brasil, 2013), estruturado pelo Plano Nacional de Turismo. Dentre suas premissas estão a integração e a participação social, que visam a fortalecer o protagonismo da cadeia produtiva do turismo no âmbito regional; a inclusão para ampliar as capacidades humanas e institucionais; e facilitar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

⁶ A Trilha utiliza vias e corredores ecológicos naturais, em interferência na paisagem natural.

O modelo de turismo encontrado na Trilha dos Santos Mártires das Missões distancia-se da visão utilitarista e aproxima-se de uma ação movida por valores emancipatórios fortalecida pelo entendimento (Serva, 1996). Assim, portanto, nota-se a proximidade com a compreensão de desenvolvimento sustentável na atividade turística proposto por Irving e Fragelli (2012), no qual há a necessidade de incorporação de princípios e valores éticos à atividade, centrado na corresponsabilidade e participação coletiva. O processo de planejamento e gestão da atividade dentro dessa perspectiva envolve, e tem como origem, a própria comunidade, de modo que cabe a eles a valorização do patrimônio natural, o fortalecimento da cultura local e o bem-estar social.

Ademais, há um “comportamento consumidor” que vem centrando atenção na TSMM. O primeiro deles é a busca por desafios de longa distância e a superação de limites, muito característicos da atividade de cicloturismo. O surgimento da atividade ocorreu, na região, no ano de 2017, trazendo um crescente interesse pelo aspecto histórico e cultural do percurso. Diferentemente da caminhada e da cavalgada, que acontecem de forma sazonal durante os meses de maio e novembro, os adeptos da bicicleta como meio de locomoção têm demonstrado versatilidade, o que vem proporcionando o retorno frequente dos trilheiros aos locais da Trilha.

O segundo comportamento que emerge está mais compenetrado aos princípios basilares da TSMM, com grande apelo para as características históricas e religiosas. Além das programações previstas pela AATRISAMM (cavalgada, caminhada, cicloturismo), surgiram outras atividades que se configuram como uma demanda crescente das atividades promovidas pela Trilha, o que demonstram a sua potencialidade turística.

1) Romaria das Águas. Esta romaria acontece anualmente desde o ano de 2004, mais precisamente no Rio Ijuí até a confluência com o Rio Uruguai, durante a programação do aniversário do município de Pirapó/RS, nos mês de novembro. Possui características que se assemelham aos objetivos da TSMM, por exemplo, o compromisso com a preservação do meio ambiente a partir de atividades de limpeza das margens do Rio Ijuí e recolhimento de resíduos sólidos, além do caráter religioso que garante a participação das comunidades. A Romaria das Águas está entre um dos eventos em destaque no Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2024 do município, e é reconhecida pelo seu potencial turístico, religioso e ambiental.

2) Trilha da Integração Guarani-Jesuítico. Com o objetivo de conhecer e valorizar a história jesuítica-guarani, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Roque Gonzales organiza a referida trilha inspirada nos moldes adotados pela Trilha dos Santos Mártires das Missões (caminhada, a pé, e bicicleta). O Santuário Assunção do Ijuí e o Cerro do Inhacurutum são pontos que estão inclusos em ambos os roteiros, no entanto a Trilha da Integração Guarani-Jesuítico ainda contempla pontos turísticos do município, como o Salto do Pirapó, a Casa de Cultura Nelson Hoffmann e a Prainha Municipal.

3) Misiones Endurance Race. O evento de ciclismo, inspirado na história missioneira dos séculos 17 e 18, contempla, em seus 160 km de extensão, parte do percurso indicado pela Trilha dos Santos Mártires das Missões. O objetivo do evento é reunir ciclistas das mais distintas regiões do Brasil e promover o turismo de aventura. As duas primeiras edições aconteceram em outubro de 2021 e maio de 2022, e receberam o apoio da Secretaria Municipal de Turismo do município de São Miguel das Missões. O turismo desenvolvido neste tipo de atividade propõe o equilíbrio com o meio ambiente. O uso da bicicleta na atividade cicloturística está compro-

metida como uma opção alternativa sustentável, sem afetar negativamente a futura base de recursos (Saldanha, 2017). O turista deste tipo de atividade busca aventura, belezas naturais e simplicidade.

Estes eventos, portanto, são exemplos de atividades que surgiram a partir da atuação da TSMM e do seu empenho em atribuir significado ao caminho percorrido. Tanto a Trilha da Integração Guarani-Jesuítico quanto o Misiones Endurance Race, percorrem os mesmos traçados definidos pela TSMM, e são exemplos claros de uma inspiração e promoção do turismo local, de modo que recebem o apoio das Secretarias Municipais de Turismo dos municípios envolvidos.

Apresentadas as potencialidades da TSMM quanto à dimensão ambiental da sustentabilidade turística, busca-se, a partir deste momento, elencar as relações evidentes da sua dimensão econômica. Vale ressaltar que esse termo detém conotação centrada na preservação e na utilização racional dos bens para a manutenção dos recursos existentes (Sachs, 2004). Nessa perspectiva, a busca pela satisfação das necessidades atuais, bem como o alcance da satisfação das necessidades futuras, são fatores *sine qua non* para que aconteça o desenvolvimento sem que haja prejuízos às comunidades. Desse modo, a dimensão econômica da TSMM pode ser percebida à luz do turismo sustentável e do ecoturismo, os quais mantêm a economia ativa e são mais um passo para o tão almejado desenvolvimento sustentável (Medeiros; Moraes, 2013, p. 224).

Embora não seja possível relacionar a criação de novos postos de trabalho diretamente com as atividades desenvolvidas a partir da AATRISAMM, pode-se destacar alguns avanços pontuais que incidem diretamente na melhoria da qualidade de vida das comunidades. Tais medidas foram elencadas pelos agentes entrevistados⁷ e dizem respeito, essencialmente, aos espaços públicos e privados, como: 1) Manutenção das estradas rurais com maior frequência em localidades distantes dos centros urbano; 2) Estruturação do Santuário Assunção do Ijuí, que recebeu espaço para banho e pernoite; 3) Melhorias na sinalização, estrutura interna e limpeza do Santuário do Caaró; 4) “A mídia positiva” que os empreendimentos recebem com a realização da TSMM; 5) Melhoria nas instalações das residências privadas que costumam receber, anualmente, os trilheiros para pernoite; e 6) Geração de renda a partir da venda de refeições e da manutenção dos centros comunitários circunscritos ao roteiro da Trilha, etc.

De modo geral, como já mencionado, o que se observa são ações pontuais, identificadas pelos próprios agentes como “sutis”, que, justamente por esse motivo, são proporcionais aos investimentos realizados e ao tímido fluxo de turistas, dado que a Trilha acontece apenas três vezes por ano. Das dimensões de sustentabilidade do turismo, a econômica é a que apresenta resultados menos expressivos, pois encontra-se ainda numa fase “embrionária”, tal como destacado pelos entrevistados.

⁷ Foram entrevistas 21 pessoas com relação direta com a AATRISAMM. Os entrevistados foram divididos nos seguintes grupos de análise Grupo A 3 (três) ciclistas; Grupo B 1 (um) empresário do setor turístico; Grupo C 2 (dois) servidores de órgãos da administração municipal; Grupo D 3 (três) membros da AATRISAMM; Grupo E 2 (dois) representantes vinculados à entidades religiosas; Grupo F 2 (dois) representantes de associação ligada à preservação ambiental; Grupo G 2 (dois) professores de escolas municipais e/ou estaduais; Grupo H 2 (dois) representantes de associações comunitárias; Grupo I 2 (dois) historiadores; Grupo J 2 (dois) representantes da imprensa regional.

Já a dimensão sociocultural é aquela que “visa à melhoria da qualidade de vida e redução dos níveis de exclusão social, por meio de uma distribuição mais justa da renda e dos bens” (Brasil, 2016, p. 35) – e, no caso da AATRISAMM, é materializada na valorização dos patrimônios tangíveis e intangíveis da comunidade local. Aliás, a ressignificação dos espaços históricos e a valorização das comunidades foram muito citadas pelos entrevistados, especialmente porque são as responsáveis pela integração do roteiro da forma como ele é conhecido hoje. Assim, o aspecto mais notável é que, a partir das edições da TSM, independentemente da modalidade percorrida, houve uma aproximação entre os municípios integrantes do roteiro, o que promoveu o contato direto com os atrativos existentes no percurso e o dinamismo.

De acordo com Sachs (2004, p. 61), não há uma estratégia única e uniforme para se pensar no desenvolvimento sustentável. Do mesmo modo, no turismo, é necessário considerar a diversidade das configurações socioeconômicas e culturais, pois,

Para serem eficazes, estas estratégias devem dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sociais e a imaginação. Para tanto, deve-se garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento.

Envolver representantes de todas as instâncias e abrir espaço para que todos contribuam com as ações, é uma maneira de respeitar as desigualdades e diferenças étnicas, sociais, culturais, históricas, econômicas e ambientais, minimizando a interferência negativa no processo de desenvolvimento sustentável da comunidade.

Esse aspecto, inclusive, também está relacionado com a dimensão político-institucional da sustentabilidade turística, encontrada em duas formas nos atores da AATRISAMM. A primeira delas diz respeito justamente à governança democrática, que pode ser definida como um “valor fundador e um instrumento necessário para as coisas acontecerem, pois, a liberdade faz toda a diferença” (Sachs, 2004, p. 15). A participação ativa da comunidade, o envolvimento do poder público na organização e a mediação realizada pela AATRISAMM, garantem que o desenvolvimento seja pensado e realizado de baixo para cima, de dentro para fora, atendendo, assim, os requisitos do Programa de Regionalização do Turismo, cujo foco é o planejamento coordenado e participativo.

Em âmbito municipal, a governança ocorre por meio dos mecanismos institucionais de participação e controle social, como os Conselhos Municipais de Turismo. O que é mais expressivo, entretanto, é a participação massiva da sociedade civil organizada, que, ao longo dos 20 anos de atuação da AATRISAMM, alcançou mais de 30 comunidades e impactou mais de 22 escolas de forma direta. Pode-se sublinhar, ainda, a participação de diversas entidades da sociedade civil organizada, tais como associações, centros de tradições gaúchas, sindicatos, centros comunitários, igrejas, jornais e rádios, que participaram ativamente nos processos de planejamento, execução e avaliação no período em questão.

CONCLUSÃO

Em contraponto ao turismo de massa, a TSM apresenta-se como uma excelente proposta alternativa de se fazer turismo em consonância com as dimensões de sustentabilidade. O resultado é a transformação positiva na ação do turista, capaz não apenas de minimizar o

impacto negativo de sua passagem, mas de promover ações benéficas durante sua permanência no destino, seja no sentido de reconstrução do espaço natural ou da valorização dos saberes locais.

De modo geral, nota-se que a TSMM cumpre os seus objetivos organizacionais, demonstrando, inclusive, certo pioneirismo na região missioneira tanto na iniciativa de criação de um roteiro turístico integrado quanto no modelo de gestão associativa. Por esses motivos, é possível perceber um alinhamento com as cinco dimensões de sustentabilidade, assim como a aplicabilidade das dimensões da sustentabilidade turística adotadas pelo Ministério do Turismo. A valorização da cultura, o reconhecimento da história, o cuidado com a natureza e a religiosidade, são questões prementes no compromisso da Associação, que, desde sua criação, em 2002, vem ganhando adeptos e novas modalidades. Pode-se citar, por exemplo, o caso do surgimento da trilha a cavalo, introduzida em 2010, e da trilha de bicicleta, criada em 2017, realizadas anualmente em diferentes períodos do ano, respeitando suas particularidades, mas que ainda são capazes de manter as finalidades para as quais foram criadas.

A compreensão da Trilha dos Santos Mártires das Missões, enquanto um produto turístico sustentável, pode ser identificado a partir das suas potencialidades. A valorização e a preservação da cultural local, histórica e dos recursos naturais da região, aparecem em destaque. A atuação contínua na revitalização e preservação de áreas verdes nos atrativos, pontos de paradas, escolas e comunidades em geral, demonstram o compromisso com as comunidades envolvidas e o trabalho de valorização dos destinos onde estão inseridos os respectivos patrimônios culturais e naturais.

Além disso, o que se observa no histórico de atuação da Trilha é que ela não trouxe efeitos depreciativos, tanto no aspecto ambiental quanto nos hábitos e costumes das comunidades; muito pelo contrário; o que se viu foi um alinhamento entre as manifestações dos atores envolvidos com os princípios estatutários da organização e que refletiram em ações benéficas às comunidades. Da mesma forma, o alto grau de engajamento da governança local, movido pela participação voluntária da sociedade civil organizada, é apresentado como outra potencialidade da Trilha dos Santos Mártires das Missões enquanto um produto turístico sustentável.

Dentre as manifestações mais contundentes dos entrevistados a respeito do desenvolvimento da TSMM enquanto um produto turístico, foi assinalado, em primeiro lugar, a necessidade de elaborar e criar projetos de sinalização e informação turística. Este ponto, inclusive, foi unânime entre os entrevistados, e já obteve avanço na temática a partir da realização deste estudo, de modo que já se iniciou um plano estratégico para o estabelecimento da sinalização turística até o final do ano de 2023, neste momento já aprovado em Assembleia da Associação. Além deste ponto, também há demandas como: melhoria da infraestrutura de apoio ao turismo; atenção às vias de acesso rurais; necessidade de estimular as iniciativas privadas de empreendimentos no entorno do roteiro; e a criação de agências receptoras que possam impulsioná-la enquanto um roteiro turístico com atrativos diversos.

Em suma, o grande engajamento da governança local, sustentado pela participação voluntária da sociedade civil organizada, pode ser visto como uma das principais potencialidades para o desenvolvimento efetivo de um produto turístico sustentável na Região das Missões.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo e sustentabilidade: orientações para prestadores de serviços turísticos*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo – Trilhas do Brasil*. 11. ed. Brasília: MTUR: MMA: ICMBio, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/redetrilhas/BIMTn11TrilhasdoBrasil.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil*. Cadernos de Turismo. Conteúdo Fundamental – Turismo e Sustentabilidade. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. p. 126.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo – diretrizes*. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. 47 p.
- BUSARELLO, Mônica Tatiana Bunese. *Circuito de cicloturismo e transformações territoriais no Médio Vale do Itajaí/SC (2006/2018)*. 2020. 201 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGDR) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020. Disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/DS/2020/366901_1_1.pdf. Acesso em: 14 maio 2021.
- CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1969.
- CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CNUMAD. Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Agenda 21*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 2 set. 2020.
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. “Eco-92”. *Brasil Escola*. 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>. Acesso em: 2 out. 2020.
- FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 4, p. 483-486, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172004-1639>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268326845_Os_Desafios_da_Nova_Geracao. Acesso em: 25 out. 2021.
- GEHRE, T.; CABRAL, R. (org.). *Guia agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade*. São Paulo: Lucas Fúrio Melara: Raquel Cabral, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/202818>. Acesso em: 20 maio 2022.
- ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Manual Oficial de Sinalização de Trilhas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade*. 2. ed. ICMBIO, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/Uso-publico/manual_de_sinalizacao_de_trilhas_sinalizacao_rustica.pdf. Acesso em: ago. 2022.
- IRVING, M. et al. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 5, p. 1-8, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/21011/revisitando-significados-em-sustentabilidade-no-planejamento-turistico>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- IRVING, M.; FRAGELLI, C. Turismo inclusivo: conceito vazio ou oportunidade de inovação em planejamento turístico? *Revista Turismo & Desenvolvimento*, v. 3, n. 17/18, p. 1.431-1.440, 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Banco de dados agregados do IBGE-Cidades*. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- KRUEL, A. *Ignacy Sachs – uma voz sempre atual na sociedade*. ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010. Florianópolis. 2010.
- MEDEIROS, L.; MORAES, P. Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 3, n. 2, 2013.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano*. Estocolmo, 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 6 out. 2020.
- SACHS, Ignacy. *Estratégia de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel: Fundap, 1993.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.
- SACHS, I. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152 p.
- SALDANHA, L. *Políticas cicloinclusivas e cicloturismo: o caso do Rio de Janeiro/RJ*. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: Acesso em: 13 out. 2018.

SERVA, M. *Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas*. Volumes I e II. São Paulo: FGV, 1996. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 1996. Acesso em: 5 maio 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/4533>

TOBIAS, C. *Turismo e desenvolvimento: uma compreensão das racionalidades e dimensões de sustentabilidade na Trilha dos Santos Mártires das Missões/RS*. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul. Cerro Largo. 2022.

VENTURINI, Sérgio. Trilha dos Santos Mártires: origem, objetivos e legislação. In: QUEVEDO, J.; VENTURINI, S. *Novo olhar sobre o pioneirismo jesuítico-guarani: o caso Caaró*. Santa Maria: Editora e Gráfica Curso Caxias, 2017. p. 277-288.

Autor Correspondente:

Cleber Magalhães Tobias

Universidade Federal da Fronteira do Sul

Av. Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580 – Bairro São Pedro, Cerro Largo/RS, Brasil. CEP 97900-000
clebermagalhaes33@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

